

**III SEMINÁRIO INTERNACIONAL VIOLÊNCIA E CONFLITOS SOCIAIS:
ILEGALISMOS E LUGARES MORAIS**

**06 a 09 de dezembro de 2011, Laboratório de Estudos da Violência, UFC,
Fortaleza (CE)**

**GRUPO DE TRABALHO 08
Economia, Práticas Solidárias e Segurança**

**TÍTULO DO TRABALHO
Economia Solidária e Segurança: vivências de “proteção próxima” e
prevenção da violência no Conjunto Palmeiras**

**AUTOR
Antonio George Lopes Paulino**

**INSTITUIÇÃO
Universidade Federal do Ceará – UFC**

INTRODUÇÃO

Focalizo neste *paper*, o conceito de “proteção próxima” proposto pelo sociólogo Robert Castel, entendido aqui como chave de leitura para a compreensão de processos históricos em que redes locais de sociabilidade (vizinhança, parentesco, amizade, religião, trabalho, política, dentre outras) constituem fatores importantes na prevenção de situações de “desfiliação” social (CASTEL, 2003: 47-93).

Como referente empírico para ilustrar o conceito mencionado, observo a experiência protagonizada por lideranças comunitárias e moradores do Conjunto Palmeiras (Fortaleza – CE) no campo da economia solidária, através de diversos projetos e ações ali desenvolvidos. Interesse-me pelos componentes simbólicos e práticos dessa experiência, sobre a qual direciono um olhar etnográfico, com atividades de pesquisa iniciadas em 2003 e concluídas em 2011.

O bairro está situado na zona sul da cidade de Fortaleza – CE, onde se destaca pela importância histórica do movimento social que ali se produziu. Uma experiência associativa marcada por lutas direcionadas a demandas de infraestrutura urbana desde meados da década de 1970 e, mais recentemente, pela ação focada em um projeto de economia popular e solidária, que tem como referência, uma instituição denominada Banco Palmas, fundada em janeiro de 1998.

O Banco Palmas deu início a suas atividades focando o campo do microcrédito, com uma pequena carteira de empréstimos para produtores, como ponto de partida para a mobilização de uma rede econômica local. Trata-se de um movimento em torno do qual se articulam atividades de produção, comércio e consumo, na perspectiva da ação solidária orientada para o desenvolvimento local.

A experiência protagonizada pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) através da instituição Banco Palmas é um investimento comunitário, ao qual aportam recursos de agências de cooperação internacional e de determinadas políticas públicas de governos locais, formando um quadro diversificado de parceiros e colaboradores.

Este esforço direciona-se para o desenvolvimento de um bairro onde as lutas sociais dos moradores organizados produziram importantes conquistas no que tange à infraestrutura urbana. E nesse novo momento iniciado ao final dos anos noventa, orienta-se para a geração de trabalho e renda em um território empobrecido, onde se agravaram os efeitos decorrentes de fenômenos como: desemprego estrutural, subemprego, precarização das formas de inserção no mundo do trabalho e violência urbana.

Para fomentar uma tessitura de economia solidária, o Banco Palmas mobiliza, estrategicamente, uma rede de empreendimentos, produtos e serviços, como experiência que também se traduz no campo da cultura e da política, materializando ações portadoras de significados no que concerne à construção de uma cultura de valorização do espaço local e do *ethos* solidário, como contraponto possível à lógica excludente e competitiva do capital.

Eis os fios que se articulam na rede de economia solidária do Conjunto Palmeiras: uma moeda social circulante, denominada Palmas, que representa um instrumento de estímulo à circulação de renda dentro do bairro, aceito em estabelecimentos do comércio local; uma linha de crédito para produtores; a Palmalimpe, que produz material de limpeza; a Palmafashion, empreendimento de costura do vestuário; uma loja de comercialização solidária; a Palmatech, escola de formação na temática da economia solidária; projetos sociais, como o Bairro Escola de Trabalho, que promove a preparação de jovens para o trabalho; a Academia de Moda Periferia, espaço de formação e produção na área de moda; o Projeto Bate Palmas, que se centra na perspectiva da arte-educação, para fortalecer o espaço da produção artística e cultural no Conjunto Palmeiras, investindo na categoria juvenil; dentre outras experiências que projetam o Banco Palmas como referência na aplicação e disseminação de metodologias focadas no desenvolvimento da economia solidária.¹

¹ A agenda de trabalho que se mobiliza em torno da rede de economia solidária do Conjunto Palmeiras é bastante intensa e criativa. Acompanhar as novidades que surgem nesse ambiente exigiria uma pesquisa específica. É freqüente o lançamento de novas ações e projetos, como por exemplo, a Palmatur – Turismo Comunitário Urbano, lançada em 2010, que tem dentre seus objetivos, a proposta de promover o bairro como destino turístico em Fortaleza, visando fortalecer o processo de desenvolvimento local, gerando trabalho e renda para mulheres inseridas nas ações da citada rede.

O BAIRRO E SUAS REDES DE “PROTEÇÃO PRÓXIMA”

O Conjunto Palmeiras foi alçado à condição de bairro na planta oficial de Fortaleza em outubro de 2007, mas é reconhecido como tal há bastante tempo entre seus moradores. Sua história remonta à década de 1970, quando ali se desencadeia um complexo processo de organização social e mobilização política. Desde então, a experiência local projetou-se como referência no âmbito dos movimentos sociais de bairros da capital do Ceará.

O território pertencia à área identificada como Jangurussu no mapa da cidade. Dado seu desmembramento ainda recente, não há números oficiais referentes à contagem da população. A ASMOCONP estima um número de, aproximadamente, mais de 30.000 habitantes.

Através das lutas sociais locais, como foi dito acima, o bairro ganhou visibilidade pública, pela ousadia e força da mobilização dos moradores² para conquistarem acesso aos direitos sociais fundamentais, materializados, em parte, no processo de aquisição de infraestrutura urbana para a área (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Mas o Conjunto Palmeiras ainda conserva outra imagem, que muitas vezes se apresenta de forma estigmatizada, pelos altos índices de violência produzidos em seu território e pela condição de pobreza extrema em que viveu a maioria de seus moradores durante as primeiras décadas da sua história, atraindo qualificativos típicos da equivocada dicotomia centro-periferia, que se manifesta em explicações do senso comum acerca da dinâmica espacial dos grandes centros urbanos.

O bairro foi literalmente construído por seus primeiros moradores, que ali foram situados após o deslocamento de famílias residentes em áreas que, à época, passavam por um processo de especulação imobiliária. A Prefeitura de Fortaleza transferiu essas famílias para uma área pantanosa e inabitável, dada a ausência total de infraestrutura. Sofrimento, dificuldade, apartação e humilhação não faltaram nos primeiros anos. Nem força de vontade para a

² Esse processo histórico foi vivenciado com o apoio de diversas forças sociais, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgiram no âmbito da igreja católica inspiradas na Teologia da Libertação (PAULINO, 2008).

organização e a luta. Luta bem sucedida, pois no início da década de 1990, o bairro já contava com uma infraestrutura razoável.

Melhoradas as condições de habitação, aumentou o custo de vida, pela introdução de taxas públicas antes inexistentes. O desemprego encontrava-se em índices alarmantes, a violência também; isto vinha forçando famílias a venderem seus imóveis.

Para auxiliar aos moradores que construíram o bairro no desejo e na possibilidade de nele permanecerem, a ASMOCNP, apoiada por diferentes forças sociais alinhadas aos movimentos populares, fundou o Banco Palmas, com o objetivo de promover o acesso da população a um fundo de crédito comunitário, fomentando a partir do banco a já mencionada rede local de economia solidária.

Estou convencido de que a história do Conjunto Palmeiras produziu expressivos laços solidários que, independentemente da condução de ações denominadas sob o signo da economia solidária, já instituíam um campo fértil para a introdução de tais ações. O difícil e árduo começo impulsionou as experiências de “proteção próxima” (CASTEL, 2003: 47-93). As dificuldades foram vivenciadas no espírito de vizinhança, de ajuda, de mutirão. Se não havia prédio, a associação reunia-se debaixo de árvores, nas casas dos moradores. Para enfrentar a carestia e a dificuldade de deslocamento, as lideranças criaram uma bodega comunitária. Para enterrar seus mortos sem humilhação, fundaram uma funerária comunitária.

“Deus criou o mundo e nós criamos o Conjunto Palmeiras”. Não há registro de quem falou isso, mas a expressão é preservada e mostrada com orgulho pelas lideranças comunitárias do bairro, como uma espécie de “capital simbólico” (BOURDIEU, 2004: 107). Memória de uma história feita por essa gente, que construiu formas de ser possível viver no lugar onde suas famílias foram alocadas.

A radicalidade das lutas sociais em tempos de repressão explícita (anos 1970 e parte da década seguinte) fortaleceu os laços de vizinhos que se uniram para melhorar a existência. Na verdade, o Banco Palmas foi instituído em um terreno onde a proximidade interpessoal, ingrediente importante na

economia solidária, já havia sido plantada. Já havia ali o fluxo de redes sociais em movimento.

De certo modo, o fenômeno das redes sociais não é novo nem surge com o processo de hegemonização da sociedade informatizada (CASTELLS, 2007). A ação em rede pode ser vista como bem antiga, pois uma de suas possibilidades morfológicas e simbólicas remete-nos a espaços de cooperação e solidariedade, formados no âmbito da proteção próxima. Falo, nesta perspectiva, de relações em rede tecidas em sistemas de parentesco, nos laços de amizade, na vizinhança, no trabalho, na política, dentre outras configurações possíveis.

Sabe-se que o interesse pela idéia de rede social não é novidade de décadas recentes no cenário das ciências sociais, notadamente no âmbito da antropologia. De acordo com Barnes (1987: 161), quando Radcliffe-Brown sistematizou sua definição sobre a noção de estrutura social, tinha em mente a imagem de uma “rede social total”.

O antropólogo britânico citado por Barnes não desenvolve muito explicitamente a metáfora da rede, pois prefere alimentar seu esforço focado na analogia orgânica, para explicar a dinâmica que interliga os conceitos de estrutura e função social. Ainda assim, ele se refere literalmente ao termo, quando afirma que “os seres humanos estão relacionados por uma complexa rede de relações sociais”. E acrescenta em seguida: “emprego o termo ‘estrutura social’ para designar esta rede de relações realmente existente” (RADCLIFFE-BROWN, 1973: 234).

É interessante notar que a percepção do fenômeno da ação em rede foi experimentada também por outros nomes importantes da antropologia, quando esta ciência se encontrava em processo de consolidação e modernização durante as primeiras décadas do século XX. Sem interesse específico em discutir o conceito de rede social, Malinowski, por exemplo, cartografou os aspectos socioculturais das trocas trobriandesas, ao observar com profundidade a densa e complexa teia de relações sociais entretecida na dinâmica da instituição *Kula* (MALINOWSKI, 1978).

Ao estudar o fenômeno da dádiva, Marcel Mauss teceu conclusões muito próximas às que foram elaboradas por Malinowski, corroborando a dimensão

de totalidade sob a qual se abrigam os fenômenos sociais, compreendidos como fenômenos sociais totais, haja vista as múltiplas variáveis e implicações que se configuram em seu entorno. Assim, atentou para a lógica e os sentidos da reciprocidade em diferentes sociedades, como referentes analíticos para compreender relações sociais que não se determinam por uma causa única, pois se instituem como redes de obrigações sociais que não se fundam e não se encerram no plano de interesses materialistas, envolvendo complexos mecanismos morais e simbólicos (MAUSS, 2003).

Quando Polanyi (2000) elabora sua argumentação acerca da transformação vivenciada por sociedades onde o nexos social das trocas perdeu-se com a apartação da economia do campo das relações de bases domésticas ou próximas, observa que a aparente autonomização da esfera econômica resultou no esgarçamento de laços sociais diversos. E a mercantilização das relações fez com que os processos experimentados em redes sociais de proximidade, confiança e reciprocidade fossem substituídos por laços impessoais e desagregadores, traçados pelo fluxo do dinheiro.

O Banco Palmas investe na possibilidade de que o curso do dinheiro tome outro fluxo. Tal instituição, legitimada na esfera do movimento social local, busca fortalecer os fios das redes de proteção próxima tecidas no bairro desde o começo de sua história – através dos laços de vizinhança, relações de trabalho, mutirões e lutas comunitárias –, bem como se esforça para contribuir no difícil processo de contenção das mazelas relacionadas à desigualdade social e à violência urbana, instituindo formas alternativas de acesso e uso do dinheiro. Busca resgatar, portanto, a força de laços solidários e conter o poder da indiferença pessoal e individualista que se alarga sob a força do mercado; tendência intensificada nas metrópoles onde, como diria Georg Simmel (1967: 18-20), impera entre os indivíduos uma “atitude blasé”.

Assim, tendo como um de seus referentes simbólicos uma moeda social circulante também denominada Palmas (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005), o Banco comunitário dos moradores organizados do Conjunto Palmeiras busca resgatar o nexos social do dinheiro, imprimindo outros sentidos à lógica do mercado e da economia, por incentivar a produção e o consumo local, mediados pela moeda circulante, concebida como símbolo

de pertencimento a uma história socialmente construída e como recurso prático e estratégico para reter no bairro as riquezas ali geradas (PAULINO, 2008).

A Rede Palmas foi se formando, então, no contexto de um processo histórico que desde o princípio configura-se como movimento cultural e político, capaz de atrair e articular-se com forças sociais diversas, de diferentes espaços e origens, na construção de parcerias e laços de cooperação. Sua face cultural materializa-se num rico processo de investimento em significados para práticas organizacionais construídas no cotidiano, como estratégias de enfrentamento da situação de pobreza e espaços de aprendizagem de valores e sentidos focados no desenvolvimento socioeconômico local.

Para quem acompanha o cotidiano do Banco Palmas, seja em seu ambiente interno, o Conjunto Palmeiras, seja na relação entre bairro e cidade ou na articulação com outros atores e instituições, é farta a ocorrência de situações, geralmente em eventos e solenidades públicas, em que a comunidade se apresenta à sociedade buscando ser vista por fatores positivos, quando sua imagem já é bastante estigmatizada pelos casos e índices de violência que ali se materializam.

Uma mirada na mídia impressa e televisiva, especialmente nos noticiários policiais, pode ser reveladora da face violenta do Conjunto Palmeiras. Mas ali duas imagens se opõem e se complementam, num certo sentido. A de um bairro estigmatizado pela elevada ocorrência de roubos, assassinatos, tráfico de drogas e rivalidade entre gangues juvenis. E a de um bairro com moradores e lideranças organizados, que se esforçam pela melhoria da qualidade de vida no lugar e, assim, através de ações e projetos sociais, desenham a imagem de uma comunidade que luta também por uma “cultura de paz”. Que busca nos fios da rede de economia solidária, enfraquecer as trilhas que levam à sociabilidade do ilegalismo e da violência.

“PROTEÇÃO PRÓXIMA” E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA: conhecendo casos e ações

No que diz respeito ao esforço de construção de uma imagem positiva para o bairro, quem acompanha a *performance* do Banco Palmas depara-se também

com uma fatura de exemplos de situações em que tal imagem é projetada. “Na periferia tem tudo de bom”. Este foi o mote do discurso de uma liderança em 2010, no lançamento do projeto Palmatur, focado no turismo de bases comunitárias. A frase que também aparece no folder do evento visa realçar uma *política do significado* (GEERTZ, 1989) através da qual o Conjunto Palmeiras deseja ser visto pela cidade, pela sociedade como um lugar marcado pela miséria e violência, mas também pela vontade de lutar, pela criatividade que resulta em ações concretas, servindo, inclusive, como metodologias de programas sociais que se reproduzem em outros territórios de pobreza.

A construção dessa imagem faz-se em torno de objetos concretos, extraídos do cotidiano como significantes de processos e relações locais. Por várias vezes vi Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas, apresentar empreendimentos e produtos da Rede Palmas com um discurso marcado pelo seguinte conteúdo³: “vamos valorizar o que a comunidade produz. Nossos empreendimentos empregam jovens da comunidade. Que ao estarem envolvidos com o trabalho, participando da organização dos moradores, deixam de se envolver com o mundo da droga, da criminalidade”.

Vi situação semelhante, por exemplo, quando Joaquim, num evento público, projetou imagens de um jovem negro, morador da comunidade, atravessando um rio, numa paisagem constituída como aparente área de risco. Joaquim dizia: “você pensam que esse jovem é um ladrão? Não. Na periferia tem coisa boa. Ele é coordenador da Palmalimpe, empreendimento de produtos de limpeza, onde jovens da comunidade trabalham. Ele passou no vestibular da Universidade Federal do Ceará, é estudante de filosofia”.

E assim, Joaquim investe no marketing da economia solidária como eixo de prevenção do envolvimento de jovens do bairro com a esfera da violência. E há, no conjunto das ações protagonizadas pela ASMOCONP e o Banco Palmas, diversos projetos focados na juventude, como forma de inseri-la em espaços de sociabilidade com potencial de prevenção da violência.

³ Esses trechos de fala não foram extraídos de gravações e não representam exatamente o que foi dito por Joaquim nas situações supramencionadas. A partir de anotações feitas em meu diário de campo, recupero aqui, na memória, apenas o sentido do conteúdo da fala de Joaquim e não a reprodução exata e transcrita de suas palavras.

Cito aqui o Projeto Bairro Escola de Trabalho, que está focado na preparação de jovens para o exercício do trabalho em empreendimentos do próprio bairro. O Projeto Bate Palmas, que atende a crianças, adolescentes e jovens com atividades de arte-educação e produção musical. A Academia de Moda Periferia, que busca incluir jovens e mulheres no campo criativo e produtivo da moda. Políticas de micro-crédito para empreendimentos produtivos, como a Palmalimpe, empresa de produtos de limpeza auto-gerida por jovens do bairro. A Incubadora de Mulheres, que acolhe, orienta e insere na esfera produtiva mulheres vítimas de violência doméstica.

Não poderia deixar de mencionar aqui o encontro de juventude realizado em 2009, através da articulação da ASMOCONP/Banco Palmas com outras organizações do bairro, intitulado “1.000 Jovens, 10 Idéias para um bairro mais prazeroso!” Foi um evento propositivo, do qual se elegeram 10 idéias focadas no desenvolvimento do bairro, elaboradas por jovens do lugar. As idéias foram entregues ao Fórum Socioeconômico Local – FECOL.

Nas conversas que tive com o jovem Elias, da Palmalimpe, percebi que, de fato, esses espaços representam a possibilidade de inserção dos jovens em experiências com potencial de vencer a força da violência, obviamente não em seu eixo estrutural, mas fazendo a diferença pontual em histórias de vida específicas. Ou pelo menos investindo nesse propósito, mas nem sempre alcançando êxito.

Elias, ao falar sobre a rotatividade de jovens entre os produtores da Palmalimpe, narrou-me um caso emblemático, que ilustra o que estou tentando informar. Ele convocou um egresso do Bairro Escola de Trabalho para atuar na Palmalimpe. Esse jovem era usuário de droga ilícita e, algumas vezes, foi trabalhar sob efeito de tóxico. Chegou a fazer pequenos furtos na Palmalimpe, em produtos e dinheiro, para comprar drogas.

A Palmalimpe tolerou a situação por um tempo, mas viu-se forçada a retirar o rapaz do quadro de produtores. Infelizmente, a tentativa de inserção não rendeu resultados nessa história de vida específica, que terminou com o assassinato do jovem, possivelmente por motivos relacionados a acertos de contas relativas ao consumo e tráfico de drogas.

Fico a pensar aqui na força acolhedora da proteção próxima, posta em prática por Elias e pela Palmalimpe, pelo Programa Bairro Escola de Trabalho... Vejo que essa força nem sempre é capaz de vencer a violência, tão enraizada que ela está em processos macro-estruturais, entre os quais se incluem os baixos índices de educação e rendimento escolar entre os jovens das periferias de Fortaleza e do Ceará, territórios onde os índices de morte por assassinato entre jovens, sobretudo do sexo masculino, são alarmantes.

Mas parece ser uma força acolhedora, capaz de suscitar outras reflexões, como por exemplo, no que diz respeito à relação entre as esferas do público e do privado. Lembro aqui do estranhamento experimentando por duas jornalistas francesas que acompanhei como intérprete, em 2005, em visitas ao Conjunto Palmeiras, bairro Dias Macedo e comunidade de Quatro Varas, em Fortaleza. Elas ficaram espantadas ao ouvir relatos de situações em que a proteção próxima materializa-se de forma coercitiva, ainda que sob a intenção de prevenção ou reparo social às mazelas produzidas na sociedade de desiguais.

No bairro Dias Macedo, em conversa com lideranças de rádio comunitária, nos foi dito que a rádio divulga no ar, nomes de jovens do bairro que tiveram envolvimento com práticas delituosas. Em Quatro Varas, as jornalistas depararam-se com uma terapia comunitária, em que os pacientes presentes relatavam suas dores e angústias para seus vizinhos, expondo suas intimidades e buscando no coletivo, soluções possíveis ou conforto para sofrimentos semelhantes. No Conjunto Palmeiras, ouvimos dizer que o Banco Palmas, na rádio comunitária, divulgava o nome de seus devedores, como estratégia de redução da inadimplência e valorização do espírito solidário.

A reação das jornalistas: “Em França, isto é impensável”. Elas externaram o sentimento de proteção da esfera íntima e privada, que parece ser tão vivo na cultura francesa. Mas e aqui, no contexto brasileiro, na periferia de uma grande metrópole, a interpenetração das esferas pública e privada é um fenômeno muito comum. E que abre interessantes pistas e trilhas para uma pesquisa mais profunda acerca das possibilidades e limites da economia solidária como campo de ação capaz de favorecer a proteção próxima e promover a segurança no espaço de vivência da comunidade. Nesta

perspectiva, este paper representou para mim apenas uma desprezível tentativa de aproximação a este possível objeto de estudo, que se revela instigante e complexo.

BIBLIOGRAFIA

BARNES, J. A. “Redes Sociais e Processo Político”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos*. São Paulo: Global, 1987. Pp. 159-193.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 2004.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CASTELLS, Manuel. *Era da Informação, V. 1 – A Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GEERTZ, Clifford. “A Política do Significado”. In: *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. Pp. 206-222.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MAUSS, Marcel. “Ensaio Sobre a Dádiva”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. Pp. 183-314.

MELO NETO SEGUNDO, J. J. de & MAGALHÃES, S. *Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

_____. *O Poder do Circulante Local: a moeda social no Conjunto Palmeira*. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2005.

PAULINO, Antonio George Lopes. *Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas*. Tese [Programa de Pós-Graduação em Sociologia; Curso de Doutorado em Sociologia]. Fortaleza, CE: UFC, 2008.

POLANYI, K. *A Grande Transformação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RADCLIFFE-BROWN, A. Reginald. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

SIMMEL, George. A Metrôpole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Pp. 13-28.